

**INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA  
DIRETORIA DE ESTUDOS MACROECONÔMICOS  
IPEA/DIMAC**

**PROGRAMA DE ATIVIDADES – 2001**

**Rio de Janeiro  
Novembro de 2000**

Em caráter informal, a DIMAC colabora com o Painel Inter-governamental de Mudanças Climáticas (IPCC/ONU), o Projeto Link (DIESA/ONU) além de várias universidades brasileiras e estrangeiras. Por fim, sedia o Núcleo de Estudos e Modelos Espaciais Sistêmicos (NEMESIS/PRONEX).

O programa de atividades da DIMAC é formulado para subsidiar a política macroeconômica cujas diretrizes atuais são: a consolidação de um regime fiscal sustentável no qual a Lei de Responsabilidade Fiscal assume papel crucial; o regime monetário que combina o sistema de metas de inflação com a flexibilidade cambial; a intensificação dos processos de liberalização comercial e integração regional; e a coordenação das ações de governo pelo Ministério de Planejamento Orçamento e Gestão (MPOG) através do Plano Plurianual 2000-2003 (PPA) – “Avança Brasil” .

O programa de pesquisas da DIMAC para 2001 reflete essas diretrizes nas suas prioridades que são:

- avaliação das propostas de reformas tributária, desenvolvimento de modelos de comportamento fiscal e análise de questões federalistas como subsídio à Lei de Responsabilidade Fiscal;
- construção dos modelos para avaliar perspectivas e alternativas para o sistema de previdência social, em particular nas esferas estadual e municipal do setor público, complementando as análises da política fiscal;
- elaboração de indicadores e modelos macroeconômicos para avaliação das políticas de metas de inflação, convergência fiscal e equilíbrio das contas externas;

- estudos e avaliações das políticas comerciais, com foco nas políticas de integração regional do Mercosul;
- análise e avaliação econômica de políticas ambientais;
- elaboração de análise e modelos microeconômicos sobre organização e industrial e regulação econômica;
- e, por fim, no acompanhamento sistemático da conjuntura macroeconômica e das finanças públicas, em particular.

Como subsídio para o PPA, destaca-se:

- construir o módulo regional do Ipeadata -- um sistema inédito de informações sócio-econômicas em nível estadual e municipal acessível na Internet -- que abre amplas possibilidades de estudos de políticas públicas, em particular nos aspectos espaciais e distributivos;
- desenvolvimento de métodos de análise e modelos econométricos especificamente voltados para análises dos efeitos espaciais das políticas públicas;
- utilização das bases de dados e modelos na análise das implicações espaciais das políticas fiscal, ambiental, agrícola e de comércio exterior, entre outras. Exemplos de temas relevantes são: determinantes da concorrência ou convergência fiscal em nível estadual e municipal; eficácia tributária de estados e municípios; consequências demográficas, econômicas e ambientais dos programas de investimento em infraestrutura em municipalidades específicas; efeitos da distribuição regional e estadual do crédito agrícola; impactos ambientais das políticas regionais, com especial atenção para a região Amazônica.

As seções seguintes detalham o programa de atividade de cada uma das coordenadorias de pesquisas da DIMAC para o ano de 2001, incluindo como projeto especial o conjunto de pesquisas e bases de dados desenvolvidas para o módulo regional do Ipeadata.

## **I. COORDENAÇÃO DE ESTUDOS TRIBUTÁRIOS**

**Coordenador:** *Ricardo Varsano*  
**Pesquisadores:** *Ana Luiza Neves de Holanda  
Barbosa  
Napoleão Luiz Costa e Silva  
Mônica Mora y Araújo de Couto e  
Silva*  
**Colaborador:** *Fernando Blanco*

Os problemas de eficiência, equidade e incentivos do sistema tributário e do federalismo fiscal brasileiro são os focos de pesquisa dessa coordenação. Dando continuidade aos esforços de avaliação da reforma tributária, destacam-se as análises sobre questões de eficiência e equidade nos impostos sobre fluxos interestaduais, bem como na cumulatividade e seletividade dos impostos indiretos. Os estudos sobre federalismo fiscal, analisando os incentivos e determinantes do desempenho fiscal de estados e municípios, subsidiam a regulamentação e implementação da Lei de Responsabilidade Fiscal. Por fim, reconhecendo a crescente inadequação do sistema tributário brasileiro diante dos processos de abertura e globalização econômica, introduz-se dois temas que, embora ainda pouco pesquisados no país, são prioridades na agenda dos debates

internacionais, quais sejam, a tributação do comércio eletrônico e harmonização internacional da tributação da renda.

#### A. Tributação Indireta

A Comissão Especial de Reforma Tributária da Câmara dos Deputados encerrou seus trabalhos sem conseguir acordo para tramitar sua proposta de emenda constitucional, não obstante o reconhecimento consensual que a reforma tributária é crucial para a sustentação do crescimento econômico. Duas questões provocaram o impasse: a eliminação da tributação cumulativa (Projeto 1) e a tributação dos fluxos de comércio interestadual (Projeto 2). Ambas são temas de pesquisa prioritários dessa coordenação. Outro estudo programado lida com modelos de tributação ótima (Projeto 3), com a finalidade de subsidiar a definição de seletividade apropriada para as alíquotas dos impostos indiretos.

#### B. Estudos sobre Federalismo Fiscal

Os estudos sobre federalismo fiscal visam identificar os determinantes do desequilíbrio fiscal de estados e municípios brasileiros e a factibilidade de ajuste fiscal consistente e sustentável nas esferas inferiores de governo. Estão previstos três pesquisas sobre o comportamento fiscal das unidades subnacionais de governo (Projetos 4, 5 e 6).

#### C. Harmonização Internacional da Tributação da Renda

A integração econômica regional e global impõe a necessidade de análises econômicas sobre o tema da harmonização da tributação da renda. O estudo visa

o aprimoramento das normas legais e procedimentos do país pertinentes ao tema, bem como dos tratados de que o Brasil é signatário (Projetos 7, 8, 9 e 10).

#### D. Tributação do Comércio Eletrônico

“Tele vendas,” “distance selling” ou “remote commerce” é atividade econômica ainda pouco difundida no Brasil. Mas, com a internet e o comércio eletrônico, seu crescimento recente é vertiginoso e a arrecadação tributária potencial tende a se tornar significativa, o que torna essa linha de pesquisa relevante e oportuna. Pretende-se resenhar as características do setor e de sua tributação em outros e fazer o levantamento de informações sobre o caso brasileiro (Projetos 11 e 12).

### **A. COORDENAÇÃO DE FINANÇAS PÚBLICAS**

<b>Coordenador:</b>	<i>José Oswaldo Cândido Jr.</i>
<b>Pesquisadores:</b>	<i>Marco Antônio de Sousa Carvalho</i>
	<i>José Carlos Jacob</i>
	<i>Roberto Góes Ellerv</i>
	<i>João Carlos Ramos Magalhães</i>
	<i>Maurício Mota Sabova Pinheiro</i>
	<i>Bolívar Pêzo Filho</i>
	<i>José Hamilton Bizarria</i>

As implicações das restrições de financiamento da economia brasileira para a estabilidade macroeconômica e a capacidade de crescimento definem a agenda de pesquisas dessa coordenação. Destaca-se a questão da sustentabilidade fiscal que será analisado em perspectiva histórica e prospectiva por meio de modelos que

descrevem os determinantes nas necessidades de financiamento do setor público, das empresas estatais e das alternativas de financiamento para a dívida pública. Outros modelos analisarão alternativas de financiamento para o sistema de previdência privada (capitalização *versus* repartição); os efeitos de restrições de crédito ao consumidor brasileiro; e os determinantes das diferenças entre taxas de juros básicas e comerciais. A coordenação planeja também editar um livro coletando estudos já realizados de avaliação da abertura financeira para o exterior recente no Brasil. Por fim, como atividade de caráter permanente, a coordenação publica o Boletim de Finanças Públicas onde faz o acompanhamento trimestral das finanças públicas..

#### B. Financiamento do setor público

No projeto 1, a questão da sustentabilidade fiscal no Brasil é analisada, em perspectiva histórica, por modelos econométricos aplicados ao período 1947-2000. A análise prospectiva é feita por dois modelos de simulação. O projeto 2 modela as necessidades de financiamento do setor público em função do comportamento do PIB, das taxa de juros e de câmbio para projetar a relação dívida/PIB, no longo prazo (2000-2015). O projeto 3 detalha os determinantes das necessidades de financiamento das empresas estatais federais.

Projeções e análises de curto prazo das finanças públicas são feitas por dois outros modelos. O projeto 4 é um modelo trimestral detalhado das finanças públicas. O projeto 5 é também um modelo trimestral das alternativas de financiamento da dívida mobiliária federal em termos da composição (títulos prefixados e pós-fixados) e prazos de maturidade e das implicações decorrentes

para as necessidades de financiamento. Ambos serão integrados no modelo macroeconômico trimestral do IPEA.

### C. Financiamento do setor privado

Três projetos analisam os problemas de financiamento do setor privado brasileiro. O projeto 6 utiliza um modelo estocástico intertemporal para analisar os efeitos das restrições ao crédito sobre as decisões de consumo das famílias brasileiras. O projeto 7 utiliza um modelo de gerações superpostas, que distingue expectativas de vida e planos de aposentadorias para homens e mulheres, para avaliar sistemas alternativos – repartição *versus* capitalização – de financiamento da previdência social. Complementa essas análises, o projeto 8 modela os determinantes do diferencial (*spread*) de taxas de juros básicas e comerciais.

### C. Financiamento Externo

O projeto 9 é a organização e edição de um livro coletando estudos sobre a liberalização da conta de capitais do balanço de pagamentos brasileiro, seus efeitos sobre a grande integração da economia com os mercados financeiros internacionais e sobre a condução das políticas monetária e cambial brasileira.



### III. COORDENAÇÃO DE ECONOMIA INTERNACIONAL

*Coordenador:* Honório Kume  
*Pesquisador:* Guida Piani  
*Colaboradores:* Ana Cristina de Souza Pedrosa  
Patrícia Anderson  
Márcio de Oliveira Júnior  
Marta dos Reis Castilho

As pesquisas dessa coordenação centram-se na avaliação das políticas de integração regional, destacando-se as iniciativas no Mercosul e a análise das relações entre política comercial e desempenho do comércio exterior brasileiro. Além das pesquisas, a coordenação pretende organizar e editar um livro reunindo as avaliações e recomendações de políticas do IPEA sobre o Mercosul.

#### A. Integração regional: Mercosul

O Projeto 1 busca mensurar a importância da criação e desvio de comércio no Mercosul com base no modelo gravitacional e da análise “shift share”. O Projeto 2 tem por objetivo identificar e estimar os impactos das barreiras comerciais aplicadas pelos EUA nas exportações oriundas do Mercosul. O Projeto 3 analisa os fluxos de exportação e importação de 44 países, no período 1986-97, incluindo a taxa de câmbio ao lado de outras variáveis como distância, nível de atividade, participação em uniões aduaneiras, entre outros. O Projeto 4 visa identificar os principais conflitos comerciais no Mercosul e propor regras que permitam, de um lado, atender temporariamente as pressões protecionistas internas e, de outro, assegurar, os contínuos avanços no programa de integração. O Projeto 5 procura determinar os principais fatores explicativos do comércio intra-indústria, por classe de setores, no Mercosul. Por fim, o Projeto 6 pretende organizar e editar um livro compilando os estudos já realizados pelo IPEA sobre o Mercosul.

## B. Política comercial e desempenho do comércio exterior brasileiro

O Projeto 7 procura analisar os determinantes do preço em dólar das exportações brasileiras de produtos manufaturados frente as mudanças na taxa de câmbio, principalmente após janeiro de 1999. O Projeto 8 busca comparar os procedimentos adotados na aplicação do direito *anti-dumping* entre o Brasil e os EUA e União Européia e avaliar o grau de eficiência deste instrumento na contenção das importações a preços de *dumping*. O Projeto 9 visa adaptar o modelo de equilíbrio geral computável (CGE) já existente na DIMAC para avaliar propostas de mudança na política comercial e estimar os impactos econômicos da participação brasileira em novos blocos econômicos como o ALCA e Mercosul-União Européia.

## IV. COORDENAÇÃO DE ESTUDOS PREVIDENCIÁRIOS

<i>Coordenador:</i>	<i>Francisco Barreto de Oliveira</i>
<i>Colaboradores:</i>	<i>Kaizo Beltrão</i>
	<i>Álvaro Luiz de Sousa Gomes Filho</i>
	<i>Danielle Andréia da Silva Manão</i>
	<i>Mônica Guerra Ferreira</i>
	<i>Sonoe Sugahara Pinheiro</i>
	<i>Tomiê Sugahara</i>
	<i>Jane Célia Alves Ribeiro</i>

Controlar o déficit da previdência social permanece como questão crucial para sustentar a estabilidade e crescimento da economia brasileira. Apesar das medidas corretivas já adotadas - Emenda Constitucional No. 20 (Reforma da Previdência) da criação do fator previdenciário (Lei 9.876 de 26 de novembro de 1999) o problema ainda carece de solução duradoura. Destaque-se, nesse sentido, que a situação atual e as perspectivas dos sistemas de previdência do

funcionalismo público -- especialmente dos estados e municípios -- bem como os próprios esforços de reforma nessas esferas são pouco conhecidas. Esta questão é de fundamental importância para a consolidação da estabilidade fiscal.

Visando contribuir com a capacidade governamental de formular e avaliar políticas previdenciárias, essa coordenação elabora modelos demográficos e atuariais para os sistemas previdenciários privados e públicos. Além dos projetos de pesquisas que visam atualizar modelos de projeções e simulações, a coordenação programa concluir a edição de um livro, destinado a público amplo, com diagnósticos, projeções, simulações e propostas para a reforma da previdência social no Brasil.

#### A. Modelos de projeções e simulações

O Projeto 1 visa atualizar o modelo das receitas e despesas do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) incorporando os dados da PNAD 98 e os resultados do Censo Demográfico 2000. Serão incorporados também ao modelo os dados relativos à população rural por sexo bem como uma partição específica para tratamento de benefícios decorrentes de acidentes de trabalho e doença profissional. O modelo será também sumariado, com sua inclusão no Modelo Macroeconômico desenvolvido pela DIMAC.

O Projeto 2 aperfeiçoa o Modelo de Simulação do Regime de Previdência dos Funcionários Públicos Federais (RJU), incluindo as distribuições salariais específicas desta população, atualizando-se também as distribuições por sexo,

idade e categoria profissional, bem como as probabilidades de transição. Este modelo, a exemplo daquele desenvolvido para o RGPS, será também incorporado ao Modelo Macroeconômico.

O Projeto 3 aperfeiçoa a modelagem preliminar ( que utiliza dados de RAIS e PNAD ) dos regimes que amparam o funcionalismo público dos principais estados e municípios, incorporando as distribuições e regras de benefícios específicas de cada unidade subnacional obtidas mediante colaboração com a Secretaria do Tesouro Nacional - STN. Os modelos, em sua versão final, terão uma interface amigável que permitirá sua fácil utilização .

O Projeto 4 analisará, comparativamente, a regulamentação da previdência privada em diversos países.

O Projeto 5, desenvolvido no convênio de cooperação técnica com a JICA, tem por objetivo analisar relação entre contribuições realizadas *versus* benefícios recebidos para os vários grupos populacionais e coortes do mercado formal de trabalho brasileiro do Regime Geral de Previdência Social.

#### B. Divulgação e memória de estudos

Para dar suporte aos demais projetos, o Projeto 6 visa manter uma “memória” bibliográfica da evolução da previdência social no Brasil, , bem como das experiências recentes de outros países. Finalmente, o Projeto 7 visa concluir um livro, destinado a público amplo, contendo os diagnósticos, avaliações, projeções

e alternativas propostas do para a continuidade da reforma da Previdência Social no Brasil.

## V. COORDENAÇÃO DE ESTUDOS DO MEIO AMBIENTE

*Coordenador:* *Ronaldo Seroa da Motta*  
*Pesquisadores:* *Cláudio Abramovay Ferraz do*  
*José Aroudo Mota*  
*Mário Jorge Cardoso de Mendonça*  
*Colaboradores:* *Ramon Arigoni Ortiz*  
*Yann Le Boulluec Alves*  
*Sandro de Freitas Ferreira*  
*João Carlos Gomes*

Conciliar a preservação do meio ambiente com crescimento econômico e equidade social é o desafio básico da política ambiental no Brasil. Acrescente-se a isso os elevados custos do gerenciamento ambiental face às restrições orçamentárias do governo. Visando contribuir para a solução desses problemas, essa coordenadoria concentra-se em quatro linhas de pesquisa: avaliação ambiental, instrumentos econômicos, consequências ambientais do desflorestamento da Amazônia e distribuição de renda e padrões de consumo e recursos naturais.

### A. Avaliação ambiental

O Projeto 1 especifica coeficientes para emissões de poluentes industriais, bem como para as tecnologias de controle da poluições nos modelos de equilíbrio

geral dinâmico desenvolvidos pelo IPEA para permitir a avaliação das conseqüências econômicas das políticas ambientais, por um lado, e dos impactos ambientais das políticas setoriais e macroeconômicas, por outro.

O Projeto 2 modela os determinantes da decisão de investimento em gestão ambiental baseada em pesquisas de campo nas empresas industriais brasileiras. A justificativa é que a regulamentação ambiental, de caráter formal ou informal, depende de características específicas da empresa cujo conhecimento é fundamental para eficácia das políticas ambientais.

### B. Instrumentos econômicos

O Projeto 3 planeja organizar e editar um Manual sobre aspectos técnicos e institucionais da aplicação de instrumentos econômicos na gestão ambiental baseadas em estudos de casos desenvolvidos pelo próprio IPEA. Os instrumentos econômicos (IE) atuam via sistema de preços apresentando várias vantagens em termos de eficiência e equidade quando comparados com a imposição de restrições quantitativas que caracterizam os sistemas de comando e controle (CC) comuns no caso brasileiro

O Projeto 4 analisa o uso de instrumento econômicos para controlar a poluição atmosférica causada pelo uso de automóveis. Para tanto, desenvolve-se um modelo econométrico para se avaliar os efeitos da imposição de um tributo sobre o valor dos automóveis, com alíquotas diferenciadas de acordo com o nível de emissões para induzir a renovação da frota e, conseqüentemente, reduzir as emissões da frota.

O Projeto 5 proporá procedimentos metodológicos para aplicar instrumentos econômicos na cobrança pelo uso da água no Reservatório de Santa Maria, localizado no Parque Nacional de Brasília. Trata-se de um estudo de caso de enquadramento na nova legislação de uso da água e das unidades de conservação,

### C. Conseqüências ambientais do desflorestamento da Amazônia

O desenvolvimento da Amazônia requer o equacionamento de suas restrições ambientais. O Projeto 6 analisa o efeito de políticas incentivos regionais e programas de investimentos governamentais na Amazônia sobre o desflorestamento dessa região por meio de um modelo econométrico.

O uso da queimada é uma técnica agrícola difundida na Amazônia brasileira. Essa técnica possui custos ambientais, nas mais das vezes não internalizados pelos estabelecimentos agrícolas que a praticam. O Projeto 7 usa técnicas de avaliação econômica para medir os custos e benefícios sociais da prática de queimadas baseada em pesquisa de campos de uma amostra de estabelecimentos agrícolas da Amazônia.

### C. Distribuição de renda, padrões de consumo e recursos naturais

A poluição e o uso de recursos naturais associa-se com níveis e padrões de consumo e, portanto, suscita questões de equidade. O Projeto 8 identificará os efeitos do padrão de distribuição de renda e consumo na economia brasileira

sobre a base de recursos naturais do país utilizando metodologia de matriz de insumo-produto.

## **VI. GRUPO DE ACOMPANHAMENTO CONJUNTURAL - GAC**

*Coordenador:* Paulo Mansur Levv  
*Pesquisador:* Maria Helena Horta  
*Colaboradores:* Mérida Medina  
Ana Paula Ramos  
Eduardo Ceraueira

Essa coordenação é responsável pelo acompanhamento da conjuntura econômica nacional e internacional e pela elaboração de projeções e de simulações em colaboração com a Coordenação de Modelos. Suas análises são divulgadas no Boletim de Conjuntura (trimestral) e na página *Conjuntura on line*, disponível na Internet, além de notas técnicas eventuais. Estes documentos apresentam análise o desempenho e cenários prospectivos da economia brasileira por meio de indicadores de nível de atividade, preços, fiscal, balanço de pagamentos e economia mundial. A coordenação realiza, tradicionalmente, seminários de conjuntura com ampla participação de técnicos do governo, do setor privado e da academia.

A Coordenação colabora com a Assessoria Econômica do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e a Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda na fornecendo subsídios para a elaboração da Mensagem Presidencial ao Congresso, do Orçamento Geral da União e o Programa Plurianual. Em 2001, colaborará também com a Assessoria Econômica do Banco do Brasil.



Por fim, a Coordenação é responsável pela manutenção e atualização do IPEADATA uma base de dados com cerca de 3000 séries macroeconômicas sobre o Brasil acessível na Internet, onde destacam-se os indicadores sobre nível de atividade, taxas de câmbio, preços de commodities e tendência da inflação construídos pelo próprio IPEA.

## VII. COORDENAÇÃO DE MODELOS

**Coordenador:** *Ajax Reynaldo Bello Moreira*  
**Pesquisadores:** *Elcyon Caiado da Rocha Lima*  
*Eduardo Fiuza*  
*Kátia Maria Carlos Rocha*  
*Leonardo Mello de Carvalho*  
*Marco Antônio F. H. Cavalcanti*  
**Colaboradores:** *Brisne J. V. Céspedes*  
*Ingreed Valdes de Andrade Lima*  
*Gabriela Bertol Domingues*  
*Hélio dos Santos Migon*  
*Dani Gamerman*  
*Hedibert Freitas*

O objetivo das pesquisas dessa coordenação é construir modelos para subsidiar o planejamento, formulação e avaliação de políticas econômicas. Com essa finalidade, a coordenação mantém e atualiza modelos de projeções e simulações de curto e longo prazo para a economia brasileira, bem como modelos que permitem analisar os efeitos espaciais ou geográficos das políticas econômicas. A coordenação é responsável pelo treinamento e capacitação dos pesquisadores do IPEA na área de econometria e modelagem econômica.

Metodologias e técnicas diversas são empregadas na construção desses modelos. Para análises de previsão macroeconômica de curto e médio prazo estimam-se modelos estruturais, de autoregressão vetorial, e com parâmetros variando no tempo; nas projeções de longo prazo empregam-se modelos microeconômicos de equilíbrio geral computável, de gerações superpostas, de controle estocástico, e de comportamento estratégico. Os efeitos espaciais das políticas econômicas são analisados com modelos que explicitam a estrutura de vizinhança e a correlação espacial dos processos econômicos e sociais.

#### **A . Modelos macroeconômicos**

O projeto (1) aperfeiçoa o modelo que estima o núcleo ou tendência da inflação (que exclui das taxas de inflação observadas as variações transitórias ou idiossincráticas de preços), considerando hipóteses menos restritivas sobre a distribuição das taxas de variação de preços dos bens e serviços componentes dos índices.

Os projetos (2) e (3) utilizam modelos markovianos de mudanças de regime para construir indicadores antecedentes do nível de atividade econômica identificando as reversões cíclicas na economia e para analisar os condicionantes das política monetária no Brasil, ou seja a forma que essa política reage às mudanças nas condições de oferta e demanda da economia.

Os projetos (4) e (5) utilizam um modelo macroeconômico de pequeno porte para derivar regras de política monetária que minimizam efeitos sobre objetivos de política econômica segundo critérios pré-estipulados. Os projetos se diferenciam pelo tratamento das incertezas.

Os projetos (6) e (7) aperfeiçoam o comportamento da balança comercial e dos investimentos em estoques no modelo macroeconômico estrutural do IPEA.

O projeto (8) utiliza este modelo para obter estimativas da taxa de câmbio de equilíbrio, ou seja, determinada pelos “fundamentos” da economia, vale dizer, a tendência de longo prazo dos juros domésticos, da taxa de poupança privada, da política fiscal, dos termos de troca e do nível de atividade internacional.

O projeto (9) utiliza o mesmo modelo para mensurar efeitos não lineares das políticas fiscais. O sinal e a magnitude de um impulso fiscal pode ser ambíguo, dependendo de fatores como percepções, expectativas e reações do setor privado em relação ao tamanho da dívida pública, os impactos de variações de juros e consequências sobre a taxa futura.

## **B. Modelos microeconômicos**

A análise das questões de eficiência e equidade requerem modelos parametrizados a partir dos fundamentos microeconômicos para gerar simulações consistentes no longo prazo. Assim, o projeto (10) aprimora modelo de CGE já desenvolvido no IPEA para avaliação de questões de política ambiental e de comércio exterior.

O projeto (11) utiliza modelos de controle estocástico para modelar a estrutura a termo e o prêmio de risco implícito nas taxas de juros na economia brasileira. A quantificação dessas variáveis é fundamental nas decisões de investimento e constitui importante subsídio para a construção de modelos macroeconômicos e para a condução da política macroeconômica.

Como subsídio às agências reguladoras, do setores de energia, o projeto (12) utiliza modelos de controle estocástico que consideram o efeito da incerteza do regime de chuvas, da demanda e do preço do combustível para avaliar combinações de investimentos em termo-elétricas e hidro-elétricas que minimizam custos.

O projeto (13) utiliza modelos probit para mensurar o efeito da lealdade à marcas na determinação do poder de mercado das empresas da farmacêuticas e, a partir disso, avaliar as consequências das políticas de introdução dos remédios genéricos sobre as condições de concorrência da indústria e o bem estar dos consumidores.

Como subsídio para uma avaliação do dilema entre competitividade externa e concorrência doméstica, o projeto (14) utiliza modelos probit para analisar os padrões de decisões do CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômico) sobre processos de fusão e aquisição na economia brasileira no que tange às desnacionalização, concentração econômica, reestruturação setorial, verticalização ou desverticalização.

O projeto (15) estudará os mecanismos de contágio e propagação de crises entre os mercados financeiros latino-americanos. Isso será feito por meio de modelos que estimam o componente comum da volatilidade estocástica das taxas de retornos de ativos similares nesses mercados. Este modelo extrai a componente de risco idiossincrática de cada país como sua medida do risco soberano ou nacional.

### **C. Modelos Espaciais**

A análise das consequências regionais ou espaciais das políticas econômicas requer modelos espacialmente desagregados – estados ou municípios -- que considerem a incidência geográfica das políticas e também os efeitos da distância e dos custos de transportes na disseminação ou difusão espacial de seus efeitos. Com essa finalidade desenvolvem-se modelos econométricos, em nível municipal, que incorporam informações sobre a estrutura de vizinhança dos municípios e que estimam a autocorrelação espacial dos processos econômicos relevantes. Espera-se que este tipo de abordagem possa contribuir para a avaliação dos efeitos regionais dos programas de investimento do PPA.

Utilizando esse tipo de modelo o projeto (16) revisita o modelo proposto por Granger e Reis (1999) que estima os determinantes dos usos agrícolas da terra na Amazônia brasileira permitindo que os seus parâmetros sejam variáveis no espaço. Esse projeto pretende contribuir para o entendimento do problema do desflorestamento da Amazônia e, ao mesmo tempo, avalia este tipo de abordagem metodológica utilizando um problema com evidente interação espacial

## VIII. IPEADATA

**Coordenador:** *Paulo Tafner*  
**Pesquisadores:** *Carmen Falcão*  
*Márcia Pimentel*  
*Ana Isabel*  
*Isis Agarez*  
**Colaboradores:** *Lucilene Morandi*  
*Nora*  
*Luis Otávio Reiff*  
*Flávia*  
*Geisa*

O Ipeadata é um sistema atualizado de informações econômicas e sociais mantido pelo Ipea com acesso público na Internet ([www.ipeadata.gov.br](http://www.ipeadata.gov.br)) que permite, de forma amigável, pesquisar e extrair dados segundo fonte, tema, ou nome da variável.

O primeiro módulo do Ipeadata – já em operação -- é uma base de dados macroeconômicos contendo 5000 séries estatísticas (1700 anuais, desde os anos cinquenta, 900 trimestrais e 2700 mensais, retrocedendo até os anos setenta) sobre contas nacionais, estoques de capital e riqueza, finanças públicas, balanço de pagamentos, moeda e crédito no Brasil.

O segundo módulo, ora sendo desenvolvido, é um sistema de informações georeferenciadas -- que também será acessível de forma amigável pela Internet -- associado a uma base dados econômicos e sociais, em nível estadual e municipal, contendo estimativas para os anos censitários do período 1970-96 sobre PIB, IDH, estoques de capital e riqueza público e privado, além de estatísticas sobre

distribuição de renda e riqueza, produção e crédito agrícola, infraestrutura de transportes, econômica e social, finanças públicas e resultados eleitorais por partidos e candidatos.

O desenvolvimento desse módulo regional do Ipeadata propiciará amplas possibilidades de pesquisas sobre a distribuição do bem estar e da capacidade produtiva da economia brasileira e, portanto, representam contribuição significativa para as iniciativas de planejamento do Plano Plurianual 2000-2003 (PPA) – “Avança Brasil” – coordenado pelo Ministério de Planejamento Orçamento e Gestão (MPOG) e do Estudo dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento, realizado pelo Consórcio Brasiliana para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Salienta-se, nesse particular, que apesar do esforço para a construção de base de dados geo-referenciadas, o PPA e os Eixos carecem de bases de dados econômicas e sociais, com conteúdo analítico, desagregação geográfica e cobertura histórica adequadas para a especificação e estimação de modelos que permitam simular os efeitos temporais e espaciais das políticas governamentais e programas de investimento privado contemplados no PPA.

As estimativas do Ipeadata para estoques de capital e riqueza desagregadas em nível estadual e municipal no horizonte de trinta anos, combinadas com estimativas de Produto Interno Bruto (PIB) e dos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) já produzidas pelo próprio IPEA nos mesmos períodos e níveis de desagregação geográfica pretendem suprir essa lacuna permitindo análises

mis rigorosas da eficiência e equidade das políticas e programas de investimentos públicos e privados, mormente no que se refere as suas implicações espaciais

Na construção do módulo regional do Ipeadata quatro projetos de pesquisa serão realizados. O projeto (1) fará uma revisão das estimativas macroeconômicas do estoque de capital fixo, no período 1950-99, desagregadas segundo natureza da propriedade, categoria de bens de capital e setores produtivos. O projeto (2) apresentará estimativas microeconômica do valor do estoque de capital em residências utilizando informações censitárias para 1970, 1980, 1991 e para 1996 pela Pesquisa de Padrões de Vida (IBGE/Banco Mundial). O projeto (3) estima o valor do estoque de riqueza das famílias em bens de consumo duráveis (automóveis e eletrodomésticos), 1970-99, com base em fontes de informações diversas. O projeto (4) desagrega as estimativas de PIB e do estoque de capital fixo público e privado, em nível estadual e municipal, para os anos censitários 1970, 1975, 1980, 1985 e 1996.

Numa segunda fase do projeto serão realizadas pesquisas analíticas sobre temas como riqueza, poupança e consumo, distribuição da propriedade e incentivos à cidadania, produtividade do estoque de capital público, eficiência e equidade dos investimentos públicos, e sobretudo das implicações espaciais desses temas.



DIRETORIA:

DIMAC

LINHA TEMÁTICA:

Coordenação de Estudos Tributários

Título	Síntese do objeto	Responsável	Parceria
<p>A. Qualidade da Tributação Indireta</p> <p>1. Tributação Cumulativa e Competitividade</p>	<p>O principal objetivo da reforma tributária discutida nos últimos anos é minimizar o efeito negativo da tributação sobre a eficiência e a competitividade do sistema produtivo nacional. Em relação a este objetivo, a maior deficiência do sistema vigente é a presença de tributação cumulativa que: a) distorce preços relativos de bens e serviços; b) estimula a integração vertical da produção; c) impede correta desoneração das exportações; e d) implica tributação a maior dos produtos nacionais que dos importados que com eles competem. Não obstante, em face da elevada participação de tributos cumulativos na arrecadação da União, não foi possível até aqui um acordo sobre a substituição desses tributos por fontes mais convenientes de receita, o que paralisou o processo de reforma.</p> <p>Este trabalho pretende estimar os efeitos da substituição da tributação cumulativa sobre a competitividade dos produtos nacionais e especular, à luz da discussão recente, sobre formas de implementar a eliminação da cumulatividade sem colocar em risco o ajuste fiscal.</p>	<p>Ricardo Varsano (varsano@ipea.gov.br)</p>	<p>Sheila Najberg (SF/ BNDES)</p>
<p>2. O IVA no Comércio Interjurisdicional: Princípios e Procedimentos</p>	<p>A adoção do IVA no nível subnacional tem sido criticada na literatura internacional e o ICMS apresentado como exemplo do que não deve ser feito. A reformulação da tributação de produtos no Brasil, com a substituição do</p>	<p>Ricardo Varsano (varsano@ipea.gov.br)</p>	

DIRETORIA:

DIMAC

LINHA TEMÁTICA:

Coordenação de Estudos Tributários

Título	Síntese do objeto	Responsável	Parceria
3. Tributação Ótima	<p>ICMS, bem como do IPI e do ISS, por outro imposto sobre o valor adicionado – com arrecadação partilhada por União e estados, e que adotasse o princípio de destino para tratamento dos fluxos de comércio, tanto exterior como interestadual, com procedimento que contornaria as dificuldades apresentadas para implementação desse princípio em moldes tradicionais (sonegação, distorções nas condições de competição e transição da situação atual para a nova) – foi proposta em 1995 e adotada no Substitutivo aprovado pela Comissão Especial de Reforma Tributária da Câmara dos Deputados. A proposta, bem recebida por uns e duramente criticada por outros, é um dos impasses da reforma.</p> <p>Este trabalho trata a questão do comércio interestadual e detalha o procedimento que estabeleceria o princípio de destino (TRIC – tributo interestadual compensatório, conhecido na discussão da reforma como o “barquinho” e na literatura de língua inglesa já existente a seu respeito como CVAT – compensating value added tax), discutindo seus méritos, suas deficiências e formas de mitigá-las, bem como os procedimentos alternativos propostos na literatura.</p> <p>O ponto central da maior parte das propostas de reforma tributária associa-se à introdução de um imposto de base ampla sobre o consumo com alguma seletividade de alíquotas de acordo com critérios de essencialidade dos bens. Esta pesquisa tem como objetivo avaliar a estrutura apropriada de alíquotas no Brasil sob a ótica da teoria da</p>	Ana Luiza Neves de Holanda Barbosa (aluiza@ipea.gov.br)	Napoleão Luiz Costa da Silva (napoleao@ipea.gov.br)

DIRETORIA:

DIMAC

LINHA TEMÁTICA:

Coordenação de Estudos Tributários

Título	Síntese do objeto	Responsável	Parceria
<p>B. Estudos sobre Federalismo Fiscal</p> <p>4. Custos de "Overhead" como manifestação de irresponsabilidade fiscal: o excesso de gastos administrativos nos estados brasileiros</p>	<p>tributação ótima. A estrutura do imposto ótimo é aquela que permite ao governo alcançar objetivos redistributivos e arrecadar o suficiente para financiar os seus gastos ao menor custo possível em termos de eficiência. A estrutura tributária ótima é obtida pela maximização de uma função de bem-estar social, que está associada a uma ponderação dada às utilidades dos diferentes agentes econômicos, sujeita a uma restrição de receita do governo. O cálculo da estrutura do imposto ótimo sobre bens utilizará sistemas de demanda previamente estimados pelo IPEA.</p> <p>Sem deixar de reconhecer que o nível de gasto total determina o volume de dispêndios de carácter administrativo, esta pesquisa tem como objetivo medir graus de eficiência do gasto dos estados com base no volume de gastos administrativos necessários para um determinado nível de gasto total. Um exercício adicional é associar os níveis de eficiência do gasto público com a importância das transferências intergovernamentais recebidas pelos estados. Uma hipótese razoável é a de que a ineficiência destes está diretamente associada à participação das transferências na estrutura de financiamento estadual.</p>	<p>Fernando Andrés Blanco Cossio (blanco@ipea.gov.br)</p>	

DIRETORIA:

DIMAC

LINHA TEMÁTICA:

Coordenação de Estudos Tributários

Título	Síntese do objeto	Responsável	Parceria
5. Stress fiscal como determinante da elevação do esforço fiscal dos estados brasileiros	<p>Este trabalho tem como objetivo constatar se o agravamento da situação financeira determina políticas fiscais contracionistas. Trabalhos empíricos sobre este tema têm mostrado que variáveis como o peso do endividamento, as altas taxas de juros, déficits em períodos anteriores levam os governos a realizarem ajustes fiscais.</p> <p>No Brasil, a constatação desta relação tem implicações importantes com relação ao alívio da situação financeira dos estados derivadas das operações de bail-outs, já que se há uma relação entre agravamento da situação financeira e melhora do comportamento fiscal, tais operações devem ter efeitos negativos sobre a disciplina fiscal dos governos estaduais.</p>	Fernando Andrés Blanco Cossio (blanco@ipea.gov.br)	
6. Federalismo Fiscal e o Problema de Agente Principal: elementos para a discussão de uma Constituição Fiscal no Brasil	<p>Com base no diagnóstico do federalismo brasileiro desenvolvido nos produtos anteriores, este último trabalho propõe-se analisar as bases para a construção de uma constituição fiscal que regule o comportamento de estados e municípios, levando em consideração os problemas de informação assimétrica e a estrutura de incentivos que guiam as decisões em matéria fiscal dos diferentes níveis de governo em organizações federativas.</p>	Fernando Andrés Blanco Cossio (blanco@ipea.gov.br)	

DIRETORIA:  
DIMAC

LINHA TEMÁTICA:  
Coordenação de Estudos Tributários

Título	Síntese do objeto	Responsável	Parceria
C. Harmonização Internacional da Tributação da Renda			
7. Abordagem Econômica da Harmonização Internacional da Tributação da Renda: uma Resenha (finalização)	<p>Harmonização tributária é tema comum às disciplinas de economia, relações internacionais, direito e administração tributária, para o qual existe ampla e bem estabelecida literatura internacional. A despeito de sua importância, muito ampliada na última década em face dos processos de integração econômica regional e global em curso, são raros os trabalhos realizados no Brasil que enfatizem a abordagem econômica do tema. Tal abordagem é essencial para a avaliação desse aspecto da tributação da renda praticada no país.</p> <p>Iniciado no último trimestre de 2000, este trabalho tem por objetivo, a partir de ampla pesquisa bibliográfica do tema, especificar e discutir as questões econômicas a ele relacionadas que sejam relevantes para o caso brasileiro, com vistas à uma avaliação da tributação praticada no Brasil e dos acordos relacionados à questão de que o país é signatário.</p>	Napoleão Luiz Costa da Silva (napoleao@ipea.gov.br)	Mônica Mora y Araujo de Couto e Silva (mora@ipea.gov.br)
8. Preços de Transferência, Critérios de Alocação de Despesas e a Tributação do Lucro: uma Resenha	<p>A globalização e a integração regional reduzem as barreiras aos fluxos de bens, serviços e recursos financeiros. Uma consequência desse processo é facilitar, no caso da tributação sobre o lucro das empresas, a arbitragem tributária: empresas multinacionais são capazes de transferir lucros tributáveis de países com alíquotas mais altas para países com menores alíquotas, mediante a manipulação dos preços de transações entre</p>	Napoleão Luiz Costa da Silva (napoleao@ipea.gov.br)	Mônica Mora y Araujo de Couto e Silva (mora@ipea.gov.br)

DIRETORIA:

DIMAC

LINHA TEMÁTICA:

Coordenação de Estudos Tributários

Título	Síntese do objeto	Responsável	Parceria
9. Harmonização Internacional da Tributação da Renda: a Experiência de Outros Países	<p>subsidiárias e a alocação de despesas comuns em países com deduções tributárias mais favoráveis. Tais práticas tendem a limitar a soberania fiscal dos países, prejudicando a utilização da tributação como instrumento de políticas que visem, por exemplo, equidade, eficiência ou equilíbrio orçamentário.</p> <p>O objetivo deste trabalho é resenhar a literatura nacional e internacional disponível sobre o tema visando orientar sua discussão para o caso brasileiro, a ser feita posteriormente.</p> <p>A experiência de outros países, principalmente daqueles que se encontram em estágio mais avançado de desenvolvimento econômico e que são parceiros importantes do Brasil, é insumo importante para a avaliação da prática brasileira relacionada à harmonização da tributação da renda.</p> <p>Este trabalho pretende descrever analiticamente, com abordagem predominantemente econômica, a prática de outros países que diz respeito à harmonização da tributação da renda. Serão considerados países que tenham importantes relações comerciais ou financeiras com o país, entre eles os Estados Unidos, países da União Européia e asiáticos e pelo menos um paraíso fiscal. A análise será orientada pelas resenhas descritas nas duas ementas imediatamente anteriores. Em conjunto com elas, forma a base para a análise do caso brasileiro.</p>	Napoleão Luiz Costa da Silva (napoleao@ipea.gov.br)	Mônica Mora Y Araujo de Couto e Silva ( <a href="mailto:mora@ipea.gov.br">mora@ipea.gov.br</a> )

DIRETORIA:  
DIMAC

LINHA TEMÁTICA:  
Coordenação de Estudos Tributários

Título	Síntese do objeto	Responsável	Parceria
10. Harmonização da Tributação da Renda: uma Avaliação da Prática Brasileira	Esta pesquisa analisará a harmonização da tributação da renda praticada no Brasil, aí consideradas a coordenação unilateral, via legislação tributária, a bilateral, através de tratados (usualmente para evitar ou mitigar a bitributação da renda) e a multilateral, como é o caso do Mercosul, com a finalidade de avaliar a sua adequação e sugerir, quando for o caso aprimoramentos. Serão levantadas informações (e, quando for o caso, dados) relativas à legislação brasileira que trata dessa matéria e aos acordos e tratados pertinentes de que o Brasil é signatário. A análise dessas informações seguirá a orientação que será provida pelas resenhas mencionadas anteriormente, tendo o duplo objetivo de permitir verificar a correção das medidas unilaterais de harmonização adotadas no país em face das práticas dos principais parceiros e de servir como um catálogo de medidas que mereçam adoção no país, adaptadas ou não, e das que devam ser evitadas.	Napoleão Luiz Costa da Silva (napoleao@ipea.gov.br)	Mônica Mora y Araujo de Couto e Silva (mora@ipea.gov.br)
D. Tributação do Comércio Eletrônico			
11. A Tributação do Setor de Televendas em Tempos de Internet: Abordagem Inicial	Tele vendas não é uma atividade nova. Desde há muito tempo se praticam vendas por catálogo, telefone ou reembolso postal. Contudo, o comércio eletrônico, criado há poucos anos e que no Brasil é ainda mais recente, revolucionou o setor, que está crescendo a uma	Mônica Mora y Araujo de Couto e Silva (mora@ipea.gov.br)	Ana Luiza Neves de Holanda Barbosa (aluiza@ipea.gov.br) Ricardo Varsano (varsano@ipea.gov.br)

DIRETORIA:

DIMAC

LINHA TEMÁTICA:

Coordenação de Estudos Tributários

Título	Síntese do objeto	Responsável	Parceria
12. Uma Avaliação da Tributação do Comércio Eletrônico no Brasil	<p>velocidade impressionante. Brevemente a arrecadação potencial de tributos no setor tornar-se-á uma fatia importante da receita pública, requerendo que a administração tributária esteja preparada para materializar a arrecadação. O objetivo desse trabalho, iniciado no último trimestre de 2000, é principalmente mapear o campo a ser pesquisado por esta Coordenação a partir de 2001 com respeito a esse tema. Nessa primeira abordagem pretende-se, além de pesquisar a bibliografia existente sobre o tema, descrever, inclusive quantitativamente, a evolução e as características atuais do setor e de sua tributação tanto no Brasil como em outros países. Pretende-se conhecer as características deste setor e entender como deve ser tributado, ou seja, que semelhanças e diferenças há ou deve haver entre o tratamento tributário concedido a esse setor e ao comércio convencional ou outros serviços. A literatura nacional a respeito do tema praticamente inexistente.</p> <p>O Objetivo deste trabalho é avaliar, com base na resenha anteriormente citado e nas informações referentes ao Brasil, a tributação existente sobre o comércio eletrônico no Brasil e as mudanças necessárias para assegurar eficiência e competição justa entre esse comércio e o tradicional.</p>	Mônica Mora y Araujo de Couto e Silva (mora@ipea.gov.br)	Ana Luiza Neves de Holanda Barbosa (aluiza@ipea.gov.br) Ricardo Varsano (varsano@ipea.gov.br)



**DIRETORIA:****DIRETORIA DE ESTUDOS MACROECONÔMICOS****LINHA TEMÁTICA:**

Coordenação de Finanças Públicas

Título	Síntese do objeto	Responsável	Parceria
1. Análise da Sustentabilidade Fiscal no Brasil	Analisar a sustentabilidade fiscal do Brasil no período 1947-2000 identificando o grau de ajustamento da política fiscal no período e suas principais implicações macroeconômicas.	José Oswaldo Cândido Júnior oswaldo@ipea.gov.br	
2. Análise da Tendência de Longo Prazo das Finanças Públicas Brasileiras.	Estudar a tendência da relação dívida/PIB do Brasil, no período de 2000 a 2015, a partir de projeção das Necessidades de Financiamento do Setor Público, nos três níveis de governo, e analisar a sensibilidade dessa relação a alterações na taxa de crescimento econômico, na taxa de juros, na taxa de câmbio e no primário do setor público.	José Carlos Jacob de Carvalho (jcjacob@ipea.gov.br).	
3. Modelo de Determinação das Necessidades de Financiamento das Empresas Estatais Federais	Assessorar o Ministério do Planejamento e Gestão na política de controle do déficit das empresas estatais federais, fornecendo subsídios técnicos ao entendimento dos fatores determinantes das necessidades de financiamento daquelas empresas.	Bolívar Pêgo Filho (pego@ipea.gov.br), José Carlos Jacob de Carvalho (jcjacob@ipea.gov.br) e Maurício Mota Saboya Pinheiro (mmsp@ipea.gov.br)	
4. Trimestralização do Modelo de Projeção de Longo Prazo das Finanças Públicas e sua Integração no Modelo Macroeconômico do Ipea.	O objetivo do trabalho é adaptar o modelo de projeção das finanças públicas de forma a permitir que seja feito um acompanhamento de mais curto prazo dos resultados fiscais brasileiros, em bases trimestrais e adaptá-lo como bloco do modelo de projeção macroeconômica atualmente utilizado pelo IPEA.	José Carlos Jacob de Carvalho (jcjacob@ipea.gov.br).	

DIRETORIA:

DIRETORIA DE ESTUDOS MACROECONÔMICOS

LINHA TEMÁTICA:

Coordenação de Finanças Públicas

Título	Síntese do objeto	Responsável	Parceria
5. Administração da Dívida Mobiliária Federal e Necessidades de Financiamento do Setor Público (NFSP)	Analisar como a administração da dívida mobiliária federal – DPMFi, em termos da composição do estoque em mercado (títulos prefixados e pós-fixados) afeta as NFSP nominais e operacionais.	Marco Antônio de Sousa Carvalho (mcarvalho@ipea.gov.br) e Maurício Mota Saboya Pinheiro (mmmsp@ipea.gov.br).	
6. Restrição ao Crédito e Consumo no Brasil.	O objetivo da pesquisa é avaliar como a existência de restrições ao crédito afeta o consumo das famílias brasileiras. Também é objetivo da pesquisa avaliar a extensão das restrições que atuam sobre o crédito ao consumidor e propor formas de amenizar este problema.	Roberto de Goes Ellery Júnior (ellery@ipea.gov.br)	
7. Análise Dinâmica da Previdência Social: Um Modelo com Distinção de Gênero	Introduzir as diferenças entre expectativas de vida e os planos de aposentadorias para homens e mulheres no modelo de gerações superpostas utilizado para simular os efeitos dinâmicos da previdência social.	Roberto de Goes Ellery Júnior (ellery@ipea.gov.br).	

DIRETORIA:

DIRETORIA DE ESTUDOS MACROECONÔMICOS

LINHA TEMÁTICA:

Coordenação de Finanças Públicas

Título	Síntese do objeto	Responsável	Parceria
8. Spreads de Juros no Brasil	Esse trabalho procura examinar as altas taxas de intermediação bancárias cobradas no Brasil e as conseqüências da liberalização financeira sobre essas taxas. Além de focar na abertura financeira o texto também estuda as mudanças implementadas no mercado financeiro doméstico para sugerir soluções que possam reduzir as taxas de intermediação cobradas no Brasil.	João C. R. Magalhães.	José P. Fachada (Banco Central).
9. Abertura Financeira no Brasil	Estudar a liberalização da conta de capitais brasileira, os efeitos da liberalização sobre o grau de integração financeira da economia brasileira com o resto do mundo e as influências da integração no crescimento econômico.	João Carlos Ramos Magalhães ( <a href="mailto:joaocrm@ipea.gov.br">joaocrm@ipea.gov.br</a> ), Roberto Goes Ellery Júnior ( <a href="mailto:ellery@ipea.gov.br">ellery@ipea.gov.br</a> ) e José Oswaldo Cândido Júnior ( <a href="mailto:oswaldo@ipea.gov.br">oswaldo@ipea.gov.br</a> ).	
10. Boletim de Finanças Públicas	Análise da evolução recente das finanças públicas brasileiras, com ênfase no governo federal, apresentando cenários tendenciais para o exercício.	José Oswaldo Cândido Júnior ( <a href="mailto:oswaldo@ipea.gov.br">oswaldo@ipea.gov.br</a> ) - editor e equipe técnica da CGFP	

**DIRETORIA:**

Estudos Macroeconômicos

**LINHA TEMÁTICA:****Economia internacional**

<b>Título</b>	<b>Síntese do objeto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Parceria</b>
<b>A. Formação de blocos econômicos: Mercosul</b>			
1. Criação e desvio de comércio no Mercosul	Quantificar o volume de criação e desvio de comércio verificado no Mercosul no período 1991-97 e verificar se o resultado líquido sobre o bem-estar	Guida Piani Guidapiani@ipea.gov.br	Honorio Kume
2. O acesso das exportações do Mercosul no mercado norte-americano	Identificar as principais restrições aplicadas pelos EUA sobre as importações provenientes do Mercosul e quantificar sua Importância	Marta dos Reis Castilho Castilho@ipea.gov.br	
3. Taxa de câmbio e os fluxos bilaterais de comércio: uma extensão do modelo gravitacional	Medir a importância da taxa de câmbio nos fluxos bilaterais de comércio entre 44 países escolhidos no período 1986-98, com destaque para os resultados entre os países membros do Mercosul	Honorio Kume Kume@ipea.gov.br	Guida Piani
4. Avaliação dos conflitos comerciais no Mercosul e propostas de política	Identificar os principais conflitos comerciais verificados entre os países sócios do Mercosul desde 1991, quando teve início o processo de transição deste bloco, estudar os fatores determinantes e propor regras de convivência que, de um lado, permita que os países atendam temporariamente as pressões protecionistas e, de outro, assegure a continuidade do processo de integração, até que se alcance uma harmonização efetiva das políticas macroeconômicas	Guida Piani Guidapiani@ipea.gov.br	Honorio Kume

**DIRETORIA:**

Estudos Macroeconômicos

**LINHA TEMÁTICA:****Economia Internacional**

<b>Título</b>	<b>Síntese do objeto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Parceria</b>
5. Determinantes do comércio intra-indústria por setor de atividade: Brasil e Mercosul	Estimar os principais fatores determinantes do comércio intra-indústria, por classe de setores, entre Brasil e principais parceiros comerciais, com ênfase nos resultados para o Mercosul.	Patrícia Anderson Patriciaa@ipea.gov.br	
6. Mercosul: resultados e perspectivas	Livro sobre Mercosul baseado nos estudos realizados ou a serem efetuados ou contratados pelo IPEA	Honorio Kume Kume@ipea.gov.br	
<b>B. Política comercial e desempenho do comércio exterior brasileiro</b>			
7. Taxa de câmbio e margem de lucro: o caso das exportações brasileiras de manufaturados	O estudo busca estimar o impacto das mudanças na taxa de câmbio sobre o preço em dólar das exportações brasileiras de produtos manufaturados, com ênfase à mudança no regime cambial ocorrido em janeiro de 1999.	Ana Cristina Pedroso Anapedroso@ipea.gov.br	
8. Direito anti-dumping e seus impactos sobre importação: uma análise comparativa entre Brasil, EUA e União Européia	A pesquisa procura comparar os procedimentos adotados na aplicação do direito anti-dumping entre Brasil e os EUA e a União Européia e estimar a eficiência deste instrumento em impor restrição às importações sujeitas a prática de dumping pelos exportadores	Honorio Kume Kume@ipea.gov.br	Leane C. Naidim, da SECEX/MDIC
9. Participação brasileira em blocos econômicos: análise com um modelo de equilíbrio econômico computável	Adotar o modelo de equilíbrio geral computável (CGE) já existente na DIMAC para avaliar propostas de mudanças na política comercial e estimar os impactos na participação brasileira nos blocos econômicos como o ALCA e MERCOSUL/União Européia	Honório Kume kume@ipea.gov.br	

**DIRETORIA:**

DIMAC

**LINHA TEMÁTICA:**

Previdência Social

<b>Título</b>	<b>Síntese do objeto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Parceria</b>
1. Atualização do modelo das receitas e despesas do Regime Geral de Previdência Social.	Visa atualizar o modelo das receitas e despesas do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), incorporando os dados da PNAD 98 e os resultados do Censo Demográfico ( à medida em que vão sendo disponibilizados).	Francisco Eduardo Barreto de Oliveira/chico@ipea.gov.br	ENCE/IBGE
2. Aperfeiçoamento do Modelo de Simulação do Regime de Previdência dos Funcionários Públicos Federais.	Visa aperfeiçoar o Modelo de Simulação do Regime de Previdência dos Funcionários Públicos Federais (RJU), incluindo as distribuições salariais específicas desta população, atualizando-se também as distribuições por sexo, idade e categoria profissional.	Francisco Eduardo Barreto de Oliveira/chico@ipea.gov.br	ENCE/IBGE e STN
3. Aperfeiçoamento da modelagem preliminar dos regimes que amparam o funcionalismo público dos principais estados e municípios.	Visa aperfeiçoar a modelagem preliminar ( que utiliza dados de RAIS e PNAD ) dos regimes que amparam o funcionalismo público dos principais estados e municípios, incorporando as distribuições e regras de benefícios específicas de cada unidade subnacional.	Francisco Eduardo Barreto de Oliveira/chico@ipea.gov.br	ENCE/IBGE
4. Conclusão da análise comparativa da regulamentação da previdência privada em diversos países.	Visa concluir a análise comparativa da regulamentação da previdência privada em diversos países.	Francisco Eduardo Barreto de Oliveira/chico@ipea.gov.br	ENCE/IBGE

**DIRETORIA:**

DIMAC

**LINHA TEMÁTICA:**

Previdência Social

<b>Título</b>	<b>Síntese do objeto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Parceria</b>
5. Aspectos de equidade no sistema de previdência social brasileiro: uma análise de histórias laborais selecionadas	Tem por objetivo fornecer uma visão ampla das taxas de retorno que os vários grupos populacionais e coortes do mercado formal de trabalho obtém do Regime Geral de Previdência Social.	Francisco Eduardo Barreto de Oliveira / chico@ipea.gov.br	ENCE/IBGE e JICA
6. "Memória" bibliográfica da evolução da Previdência Social no Brasil.	Visa manter uma "memória" bibliográfica da evolução da Previdência Social no Brasil, bem como das experiências recentes de outros países.	Francisco Eduardo Barreto de Oliveira/chico@ipea.gov.br	ENCE/IBGE
7. Livro.	Visa concluir um livro, destinado a público amplo, contendo os diagnósticos, avaliações, projeções e alternativas propostas para a continuidade da reforma da Previdência Social no Brasil.	Francisco Eduardo Barreto de Oliveira/chico@ipea.gov.br	ENCE/IBGE

**DIRETORIA:**

DIMAC

**LINHA TEMÁTICA:****Meio Ambiente**

<b>Título</b>	<b>Síntese do objeto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Parceria</b>
1. Modelo de Equilíbrio Geral Ambiental para o Brasil	A aplicação de um modelo de equilíbrio geral dinâmico que permite tanto a avaliação das conseqüências econômicas das políticas ambientais como dos impactos ambientais das políticas setoriais e macroeconômicas.	Ronaldo Seroa da Motta	Rede IPEA
2. Análise dos Determinantes da Gestão Ambiental na Indústria Brasileira	Determinar quais características e fatores que afetam a decisão de investimento em gestão ambiental na indústria brasileira com base em dados microeconômicos de pesquisas de campo.	Ronaldo Seroa da Motta	Center for International Development (CID) da Universidade de Harvard.
3. Instrumentos econômicos na gestão ambiental: teoria e prática	Manual abrangente sobre aspectos técnicos e institucionais no uso dos instrumentos econômicos para gestão ambiental que se baseará em estudos anteriores do próprio IPEA.	Ronaldo Seroa da Motta	CNPq
4. Tributação Diferenciada e o Controle das Emissões de Poluentes de Automóveis	Analisa, com base num modelo de mercado oligopolista, de tributos sobre o valor de compra dos automóveis, com alíquotas definidas de acordo com o nível de emissões de cada modelo, no objetivo de induzir a renovação da frota e, conseqüentemente, uma melhoria no perfil de emissões.	Claudio Ferraz	Collaborative Research on the Economics of the Environment and Development (CREED).
5. Princípios para a Cobrança de Captação de Água	De acordo com o exigido na nova legislação de uso da água e das unidades de conservação, indicará procedimentos metodológicos e estimativos para cada os princípios econômicos da cobrança e sua aplicação no estudo de caso do Reservatório de Santa Maria, localizado no Parque Nacional de Brasília.	José Aroudo Mota	PPA/IBAMA



**DIRETORIA:**

DIMAC

**LINHA TEMÁTICA:****Meio Ambiente**

<b>Título</b>	<b>Síntese do objeto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Parceria</b>
6. Causas Econômicas da Expansão da Fronteira Agrícola na Amazônia Brasileira: Evidência dos Anos Noventa	Analisa o efeito de políticas e programas governamentais sobre o desflorestamento da Amazônia brasileira, utilizando um modelo econométrico que captura a contribuição dos principais tipos de investimento e dos sistemas de incentivos regionais.	Claudio Ferraz	
7. Custo Econômico do Uso do Fogo na Amazônia	Aplicação de técnicas de valoração econômica para avaliar os custos e benefícios sociais desta prática com base em levantamento sobre uso do fogo para uma amostra de estabelecimentos agrícolas da Amazônia.	Ronaldo Seroa da Motta	
8. Padrão de Consumo Urbano, Distribuição de Renda e Uso dos Recursos Ambientais no Brasil	Identifica os efeitos do padrão de distribuição de renda e consumo na economia brasileira sobre a base de recursos naturais do país utilizando metodologia de matriz de insumo-produto.	Ronaldo Seroa da Motta	Centro de Pesquisa Woods Hole (WHRC) e do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM).

**DIRETORIA:**

DIMAC

**LINHA TEMÁTICA:**

Coordenação de Modelos

<b>Título</b>	<b>Síntese do objeto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Parceria</b>
1. Extensão do Modelo para o núcleo da inflação	O núcleo da inflação (Core inflation) como a tendência comum dos preços dos bens e serviços componentes de um índice pode ser estimada com diferentes modelos probabilísticos. Neste texto pretende-se obter estimativas destas tendência sob normalidade e utilizando a distribuição T.	Ajax@ipea.gov.br	-
2. Indicadores antecedentes da Atividade econômica	O objetivo do projeto é construir indicadores antecedente para o PIB que antecipe as datas onde haja alteração no ritmo de crescimento do PIB e permita um monitoramento adequado do nível de atividade no país. Os períodos com alteração no ritmo de crescimento (pontos de reversão) serão determinados utilizando-se um modelo com mudança periódica de regime Markoviana. Um modelo com fator dinâmico será utilizado para extrair os movimentos cíclicos comuns de um conjunto de variáveis que têm o poder de prever o PIB. Os indicadores antecedentes serão construídos e ordenados de acordo com os seus desempenhos preditivos fora-da-amostra	Leonardo@ipea.gov.br	Elcyon@ipea.gov.br
3. Flutuações e Quebras nas regras de Condução da política monetária	O objetivo do projeto é analisar o comportamento da política monetária no Brasil através de um modelo não-linear com alterações ao longo do tempo, na função de reação da política monetaria, governadas por um processo de cadeia de Markov oculta. O modelo utilizado tem a vantagem de permitir grandes alterações na função de reação da política monetária ao mesmo tempo que consegue extrair informação e manter sua estrutura básica em períodos com comportamentos distintos da autoridade monetária.	Elcyon@ipea.gov.br/	-

**DIRETORIA:**

DIMAC

**LINHA TEMÁTICA:**

Coordenação de Modelos

<b>Título</b>	<b>Síntese do objeto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Parceria</b>
4. Demanda por moeda e o custo do bem Estar	Neste artigo estimaremos uma demanda por moeda para o Brasil e calibraremos modelos de equilíbrio geral para o país para compararmos o custo social de uma inflação moderada (i é, 10% a. a.) com o de inflação zero ou deflação. Utilizaremos a estimação de uma "tecnologia de custo de transação intertemporal", como em Wolman (1997), para obter o custo de bem estar da inflação.	Elcyon@ipea.gov.br/	José Rossi
5. Função de reação ótima para a política de metas de inflação	A política de metas de inflação requer um mecanismo de controle que ajuste a taxa de juros às inovações que afetam a demanda e a oferta agregada. A teoria de controle ótimo indica qual a reação que minimiza uma perda pré-fixada. Propõe-se estimar um modelo macro simplificado para o Brasil e estimar a reação ótima e avaliar o efeito da incertezas do modelo e das inovações.	Ajax@ipea.gov.br	cavalcanti@ipea.gov.br
6. Aperfeiçoamento das equações de previsão da balança comercial	Os modelos de previsão da balança comercial brasileira usados no IPEA apresentaram desempenho pouco satisfatório nos últimos dois anos, o que aponta para a necessidade de sua reespecificação reestimação.	cavalcanti@ipea.gov.br	-
7. Determinantes da acumulação de estoque na economia brasileira	As variações de estoques são elementos cruciais dos movimentos cíclicos da economia. A inexistência de estudos empíricos sobre o comportamento agregado dos estoques na economia brasileira dificulta, portanto, a compreensão e previsão dos movimentos do produto real. Construir um índice trimestral de estoques agregados para a economia brasileira.	cavalcanti@ipea.gov.br	-

**DIRETORIA:**

DIMAC

**LINHA TEMÁTICA:**

Coordenação de Modelos

<b>Título</b>	<b>Síntese do objeto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Parceria</b>
8. Taxa de Cambio real de equilíbrio para o Brasil, evolução e perspectivas	O desalinhamento da taxa de câmbio em relação ao nível de equilíbrio determinado pelos "fundamentos" pode criar sérios desequilíbrios para a economia como um todo. O cálculo da taxa de câmbio de equilíbrio de um país permite inferir a direção e magnitude do desalinhamento, fornecendo recomendações para a condução apropriada das políticas macroeconômicas.	cavalcanti@ipea.gov.br	-
9. A política fiscal tem efeitos não lineares no Brasil?	O efeito convencional de uma política fiscal restritiva é a redução da atividade econômica. Entretanto, contrações fiscais expansionistas podem ocorrer devido a seu efeito sobre as taxas de juros – cuja redução estimula a demanda agregada – e sobre as expectativas dos agentes privados em relação à taxação futura. O sinal e a magnitude de um impulso fiscal são, portanto, ambíguos, dependendo de fatores como o estágio do ciclo econômico e o tamanho da dívida pública. Estimar os efeitos da política fiscal sobre a atividade econômica no Brasil, procurando verificar a existência de não-linearidades e a predominância dos efeitos convencionais ou não convencionais.	cavalcanti@ipea.gov.br	-

**DIRETORIA:**

DIMAC

**LINHA TEMÁTICA:**

Coordenação de Modelos

<b>Título</b>	<b>Síntese do objeto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Parceria</b>
10. Modelo de equilíbrio geral aplicado a economia brasileira, cenários de médio prazo	Serão produzidos cenários de longo prazo agregados e para cada setor econômico, para a elaboração de políticas setoriais e comercial. Este estudo constará da atualização e extensão do modelo de equilíbrio geral dinâmico aplicado da economia brasileira (Tourinho (1998). Ele permite a avaliação consistente de estratégias de desenvolvimento econômico, levando em conta a restrição de poupança, de equilíbrio do balanço de pagamentos e do déficit público. Aperfeiçoamentos: incorporar elasticidade renda do consumo por produto; Aprimorar as ligações entre o setor monetário e o setor real do modelo, de modo a capturar melhor os efeitos de choques de juros sobre a produção; Construir novos cenários para os próximos 10 anos.	Tourinho@ipea.gov.br	
11. Determinação do Spread e da estrutura a termo da taxa de juros no Brasil	A obtenção da estrutura a termo da taxa de juros é fator importante para a análise se investimentos e estimação do prêmio de risco de uma economia e para o acompanhamento das políticas macroeconômicas. A Teoria de controle estocástico ótimo aplicado ao mercado financeiro de derivativos de taxas de juros e modelos de estimação. Acreditamos que será possível estimar o modelo e obter a estrutura a termo apesar da baixa liquidez e a escassez de títulos de longo prazo no País.	Katia@ipea.gov.br	Ajax@ipea.gov.br

**DIRETORIA:**

DIMAC

**LINHA TEMÁTICA:**

Coordenação de Modelos

<b>Título</b>	<b>Síntese do objeto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Parceria</b>
12. Geração termo versus hidro elétrica e no novo desenho de funcionamento do setor	A geração termo elétrica tem características distintas da geração hidro. Entretanto, contribuição termo ao suprimento de energia elétrica no Brasil ainda é desprezível, mas está crescendo aceleradamente devido à política oficial incremento da geração a partir de gás natural. Propomos construir um modelo de um que permita avaliar a proporção ótima de geração termoelétrica no parque gerador predominantemente hidrelétrico brasileiro.	Ajax@ipea.gov.br	Katia@ipea.gov.br
13. Determinantes das margens da indústria farmacêutica	Ao avaliar a importância da marca para o poder de mercado na indústria farmacêutica e a competitividade dos produtos genéricos, será possível fundamentar a implementação de políticas de promoção da concorrência neste setor, e subsidiar as políticas públicas no setor. Será estimada uma equação reduzida para o preço de mercado dos medicamentos que terá as seguintes variáveis explicativas listadas abaixo e estimaremos qual a parcela que pode ser atribuída à marca.	Fiuza@ipea.gov.br	SEAE: Paulo, Guilherme Corrêa e Cláudia Vidal M. do Valle
14. Análise de escolha qualitativa da aplicação da legislação antitruste no Brasil pelo CADE.	Verificar, a partir dos métodos microeconômicos representados pelos modelos de variáveis dependentes discretas, se existem padrões de regularidade que permitam prever resultados significativos, a partir do conhecimento de aspectos do ato em questão vis a vis a decisão do Cade de aprovar, desaprovar ou impor condições à aprovação do ato.	Lucia Helena Salgado	

**DIRETORIA:**

DIMAC

**LINHA TEMÁTICA:**

Análise de Conjuntura

<b>Título</b>	<b>Síntese do objeto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Parceria</b>
Análise de Conjuntura	<p>A partir de dados relativos às diferentes áreas da economia (produção, consumo, investimento, mercado de trabalho, preços, comércio exterior, balanço de pagamentos, mercados financeiros) e das políticas monetária e fiscal, analisar a situação macroeconômica corrente e, pela aplicação de modelos, realizar previsões para o curto e médio prazos – em particular para as tendências da produção e da renda e do balanço de pagamentos.</p> <p>Apoio ao Ministério do Planejamento na construção dos cenários que embasam a formulação das propostas orçamentárias (OGU e PPA) e na identificação das tendências e eventuais riscos associados à política econômica.</p>	Paulo Mansur Levy	nenhuma

**DIRETORIA:**  
DIMAC

**LINHA TEMÁTICA:**  
Coordenação de Modelos

<b>Título</b>	<b>Síntese do objeto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Parceria</b>
15. Risco financeiro comum e próprio do Brasil num conjunto de países relevantes	A interligação entre os mercados financeiros dos países leva a movimentos comuns da volatilidade dos diversos mercados. A comparação entre as volatilidade excedente dos diversos mercados é uma indicação do risco relativo de cada país. Para extrair a componente comum da volatilidade do retorno de ativos de risco vamos utilizar um modelo de volatilidade estocástica multivariado com componentes comuns utilizando Taxas de retorno de países da América Latina e dos EUA.	Ajax@ipea.gov.br	migon@pep.ufrj.br
16. Revisitando o modelo de ocupação da terra na Amazonia Legal	O modelo proposto por Andersen e Reis para a ocupação da Amazonia Legal será re-estimado utilizando especificações que admitem que os parâmetros do modelo flutuem espacialmente. Pretende-se avaliar num caso específico as vantagens ou desvantagens deste tipo de abordagem no entendimento de um problema com evidente interação espacial.	Ajax@ipea.gov.br	Migon@pep.ufrj.br Dani@dme.ufrj.br



**DIRETORIA:**

DIMAC

**LINHA TEMÁTICA:**

IPEADATA

<b>Título</b>	<b>Síntese do objeto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Parceria</b>
1. Revisão das Estimativas Macroeconômicas do estoque de capital fixo – Brasil: 1950-1999	O projeto estimará o estoque de capital e de riqueza da economia brasileira para os anos de 1970 a 1999. As séries de formação bruta de capital fixo serão decompostas segundo a natureza de propriedade (pública, familiar e empresarial) e dentro desta última categoria, distinguindo-a entre empresas estatais e privadas. Adicionalmente, serão revistas as séries históricas pré-1947 de formação bruta de capital fixo.	Lucilene Morandi lmorandi@ipea.gov.br	
2. Estimativas microeconômicas do estoque de capital em residências com dados dos Censos de 1970, 1980 e 1991 e com dados da PPV para 1996	Serão estimados os valores de imóveis residenciais, como parte integrante do estoque de riqueza da sociedade. O estudo será realizado em duas etapas sendo a primeira a estimação dos determinantes do valor do aluguel de imóveis residenciais – variável disponíveis nas pesquisas censitárias e intercensitárias - e a segunda, tendo como base as informações obtidas na etapa anterior e as relações entre valor de aluguel e valor do imóvel, será a estimação do valor dos imóveis residenciais.	Luiz Otávio Reiff Loreiff@ipea.gov.br Paulo Tafner ptafner@ipea.gov.br	
3. Estimativas dos estoque de riqueza das famílias em bens de consumo duráveis (automóveis e eletrodomésticos) – Brasil: 1970-1999	O projeto visa estimar o estoque de riqueza das famílias em automóveis de passeios e outros bens de consumo durável. O projeto testará metodologias alternativas de funções de depreciação, como parte integrante não apenas do cálculo do estoque como também da estimação da idade da frota. A variável de valores será calculada a partir das estimativas de preço para o bem novo e de desvalorização, segundo os modelos de depreciação, anteriormente calculados	Lucilene Morandi lmorandi@ipea.gov.br Paulo Tafner ptafner@ipea.gov.br	

